

Legislação

Leis, Decretos, Resoluções

[Resolução Interna Anatel nº 449, de 27 de junho de 2025](#)

Aprova o Plano de Ação para combate à concorrência desleal e para a regularização da prestação do serviço de banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia – SCM).

[Resolução Anatel nº 722, de 16 de janeiro de 2025](#)

Aprova o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil – PDFF, promovendo as atribuições, destinações e condições específicas de uso de faixas de frequências nele dispostas.

[Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022](#)

Institui o Programa Internet Brasil; e altera as Leis nos 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), 5.768, de 20 de dezembro de 1971, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 13.424, de 28 de março de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021.

[Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021](#)

Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

[Lei nº 14.064, de 14 de outubro de 2020](#)

Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações.

[Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018](#)

Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.

[Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018](#)

Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal.

[Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#)

Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

[Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011](#)

Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

[Decreto nº 5.371 de 17 de fevereiro de 2005](#)

Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anulares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

[Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#)

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

[Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#)

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

[Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997](#)

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

[Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997](#)

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências.

[Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#)

Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.

[Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#)

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

[Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#)

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.